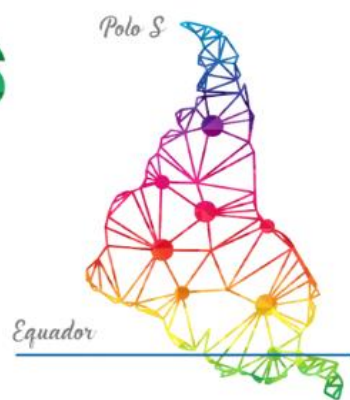




NÃO MEXA NA MINHA MERENDA: AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM CORUMBÁ/MS¹

Naitielly Soria de Moraes, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,
naitiellysoria@gmail.com

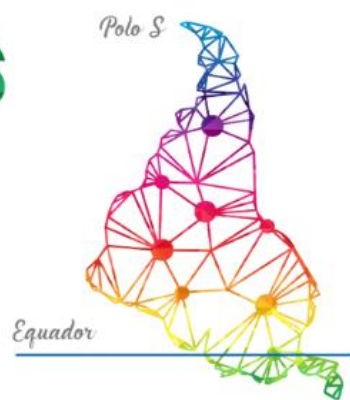
Anderson Luís do Espírito Santo, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,
anderson.santo@gmail.com

Douglas Josiel Voks, Observatório de Inovação Social da Fronteira,
douglas.jvoks@gmail.com

RESUMO

“Vir para a escola estudar, ver os amigos e jogar bola é muito bom. Mas, quando a merenda é gostosa, vir para a escola é melhor ainda!” Essa fala é de um estudante de 15 anos da rede estadual de ensino de Corumbá, Mato Grosso do Sul, local da pesquisa. Sua fala, que poderia ilustrar outras tantas opiniões de estudantes Brasil afora, focaliza a alimentação escolar, ou merenda, à refeição que é oferecida aos estudantes de todas as etapas da educação básica pública, desde as séries iniciais dos Centros Municipais de Educação Infantil (Cemei) até o ensino fundamental e médio da rede estadual, municipal e federal. No Brasil, a alimentação escolar é um direito regulamentado pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases, posto em prática pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), a mais importante estratégia política do país para assegurar o direito à educação aos estudantes que precisam da alimentação escolar. Contudo, mesmo sendo uma política pública formulada pelo governo federal, com todo seu aparato legal e sua importância nutricional, na prática, a alimentação escolar de qualidade no Brasil tem muitas adversidades e disfunções, sendo os dois principais a baixa aceitação (gostar da alimentação oferecida) entre os estudantes e a matriz orçamentária, pois o valor repassado pelo governo federal é baixo e possui uma pequena contrapartida dos estados e dos municípios e, no total, são insuficientes para que as escolas ofereçam alimentação de qualidade todo o semestre com um orçamento discrepante. Diante desse cenário, é comum o consumo de biscoito industrializado (contendo gordura trans) e bebidas aromatizadas (excesso em açúcar) na rede pública, gerando uma alimentação não balanceada que ocasionará numa baixa tabela nutricional infanto-juvenil, impactando na qualidade da aprendizagem e até mesmo na disseminação de doenças como diabete e obesidade (Lima, 2018). Além disso, tendo por base os estudos de Nero et al. (2023) e Santo (2021), o artigo 4º do PNAE prevê que 30% do orçamento repassado pelo FNDE deve ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar ou do empreendedor familiar rural, ou de suas organizações. Todavia, mesmo com esse aparato legal, a implementação dessa política no Brasil é notadamente precária, pois, como afirmam esses trabalhos, as escolas carecem de fiscalização quanto à aplicação de políticas públicas, tendo em vista que ainda é possível encontrar nas

¹ Esse projeto teve apoio financeiro e bolsa de Iniciação Científica da Fundect - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul, TO nº 263/2022 (Chamada nº31/2021 Universal ODS).



escolas a presença de alimentos industrializados em massa. Localmente, a pesquisa de Santo (2021) revela que o PNAE não tem funcionado nas escolas municipais de Corumbá–MS. Segundo o autor, a manobra começa com a alimentação das crianças de 0 a 6 anos que frequentam os Cemeis, pois a secretaria de educação justifica obter a alimentação via licitação devido a regras nutricionais específicas desse público, excluindo os produtores rurais desse processo. O descaso continua com a ineficácia dos editais/chamamentos que deveriam atender as escolas do município. Segundo o autor, em 2018, a Operação Pesticida conduzida pela Polícia Federal apurou que os responsáveis pela aquisição de alimentos de cinco cidades de Mato Grosso do Sul, entre elas Corumbá, estavam envolvidos num desvio de R\$ 3 milhões, razão pela qual os editais foram paralisados. Em 2019, sequer teve chamamento. Em 2020, também não houve chamamento, “justificado” pela pandemia Covid-19. Somente em 2021 Corumbá conseguiu cumprir com os 30% do edital. Diante desse panorama, o objetivo desse trabalho é identificar e analisar a percepção dos estudantes de escolas estaduais de Corumbá–MS sobre a alimentação escolar. Especificamente, busca-se identificar o perfil do estudante e avaliar a alimentação escolar ofertada, identificando evidências que demonstrem como a garantia de segurança alimentar dos estudantes é tratada. Metodologicamente, essa pesquisa (quanti-qualitativa) foi operacionalizada através da pesquisa bibliográfica, observação e da aplicação de 453 questionários com estudantes de escolas estaduais de Corumbá (MS). Os principais resultados evidenciam que o direito à alimentação escolar de qualidade nutricional não vem sendo operacionalizado nas escolas estaduais de Corumbá/MS, pois foi revelado que pouca alimentação quente é ofertada, havendo um grande domínio de ultraprocessados na merenda. Além disso, todas as escolas de Corumbá possuem cantina e, algumas delas, têm vários ambulantes que adentram a escola para comercializar na hora do intervalo; alguns estudantes de escola integral estão pedindo almoço por aplicativo (Ifood), ocasião em que acabam substituindo uma refeição nutricional por doces e salgadinhos. A falta de atividades pedagógicas sobre alimentação nutricional também foi evidenciada. Para 42, 6% (193) estudantes a alimentação escolar é a sua principal refeição do dia, demonstrando o quanto o consumo da merenda escolar é fundamental. Por fim, percebe-se nesta avaliação que ainda há muitas falhas evidentes na execução do Pnae. Portanto, a utilização de evidências na avaliação de políticas públicas objetiva tornar visíveis as atividades cotidianas e suas práticas sociais para garantir um melhor gerenciamento de recursos e a efetividade no cumprimento do objetivo da política, nesse caso, do Pnae.

PALAVRAS-CHAVE: Política Pública. Segurança Alimentar. Direito das Crianças e Adolescentes.

REFERÊNCIAS

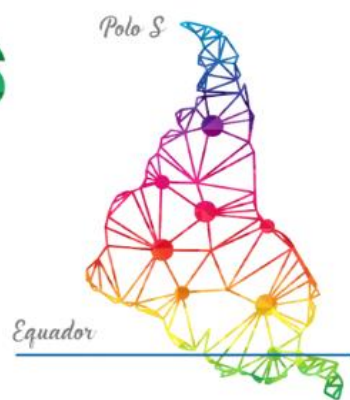
LIMA, G. R. de. **A merenda escolar como fator motivador da permanência do aluno em escolas públicas:** casos retratados no Noroeste do Paraná. 2018. 34p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2018.



ELABVIS

I ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE BEM VIVER E INOVAÇÃO SOCIAL

**“Como podemos cultivar o Bem Viver nas cidades da
América Latina através das inovações sociais?”**



NERO, D. S. M.; GARCIA, R. P. M.; ALMASSY JUNIOR, A. A. O Programa Nacional de Alimentação Escolar a partir da sua gestão de descentralização. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 31, n. 118, p. 1-23, 2023.

SANTO, A. L. **No rural tem inovação social!** um estudo em dois assentamentos rurais na zona fronteira Brasil-Bolívia. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.